

UMA PRESIDÊNCIA TRANSITÓRIA?

Daniel Marcos

PETER G. BOYLE

Eisenhower

Londres,
Longman,
2005, 200 páginas

Dwight David Eisenhower fica na história por duas principais razões. Em primeiro lugar, pela sua prestação como comandante supremo das Forças Aliadas na Europa, durante a II Guerra Mundial, associando o seu nome à vitória das nações unidas sobre as forças do Eixo; e, em segundo lugar, por ter sido o trigésimo quarto Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), entre 1953 e 1961.

É sobre a segunda faceta da vida do general norte-americano que o livro de Peter Boyle se debruça. Nesta obra, que faz parte de uma extensa colecção publicada pela Longman e intitulada «Profiles in Power», Boyle sumariza a extensa bibliografia publicada sobre Eisenhower, procurando oferecer ao público em geral uma versão abrangente e acessível. Ao mesmo tempo, o autor do livro não abdica, e bem, de utilizar abundantemente a enorme quantidade de fontes disponíveis na Biblioteca Dwight D. Eisenhower, em Abilene, Kansas.

Em termos estruturais, Boyle divide o seu texto em duas partes, que correspondem a cada um dos mandatos de Eisenhower (1953-1957 e 1957-1961). Cada parte contém dois capítulos sobre questões de polí-

tica interna e externa. Já na conclusão, Boyle descreve resumidamente as principais decisões deste presidente americano, enquadrando-as na discussão historiográfica sobre este período da história dos EUA. Para a análise deste livro, optámos por organizar a nossa exposição tendo em conta as questões de política interna e externa, à qual daremos especial importância pelo facto de a sua presidência ter ficado indelevelmente associada a uma certa fase da Guerra Fria.

AS QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNA

Como Peter Boyle procura salientar, o principal objectivo para a Administração Eisenhower era a «paz e prosperidade» (p. 152). Ora, em relação à prosperidade, podemos dizer que o balanço da sua presidência foi algo desequilibrado, como, aliás, sucedeu em relação a outras áreas da sua acção doméstica. Duas questões contribuíram para isto: por um lado, Eisenhower não conseguiu fazer esquecer, por completo, a traumática experiência da última presidência republicana, a de Herbert Hoover (1929-1933); por outro, não se pode dizer que tenha conseguido gerir eficazmente

o Partido Republicano ao ponto de o transformar num partido de governo, que apoiasse disciplinadamente as políticas da Administração no Congresso.

Apesar da imagem que perdurou dos EUA nos anos de 1950 ser a imagem de uma sociedade em florescimento, Boyle conclui que «a prosperidade desses tempos devia-se, sobretudo, a condições económicas subjacentes», que favoreciam a economia norte-americana, em comparação com a da Europa e do Japão, «e não em consequência de políticas governamentais» (p. 156). Como um dos principais objectivos da política económica de Eisenhower era a estabilidade orçamental (p. 26), essa opção não beneficiou a imagem presidencial nos anos das recessões económicas de 1953-1954, 1957-1958 e 1960-1961. Com o fantasma de Hoover a pairar, Eisenhower foi algo lesto na tomada de medidas que mitigassem os efeitos da inversão do ciclo económico, apesar de ter conseguido evitar que elas se tivessem transformado em depressões profundas como as do período de entre guerras. No entanto, estas acusações tornam-se algo injustas uma vez que durante, a sua presidência, foram tomadas medidas no sentido de alargar os programas do New Deal, especialmente em áreas como a segurança social e a política salarial (introdução do salário mínimo). Como afirma Boyle, Eisenhower procurou «fomentar a saúde económica mantendo o papel do governo nos assuntos sociais» (p. 24).

Em relação à vida partidária, Boyle conclui que Eisenhower teve uma prestação fraca. Efectivamente, o velho general não foi capaz de rejuvenescer o Partido Repu-

blicano ao ponto de o fazer ganhar as eleições intercalares de 1954 e 1958, ao mesmo tempo que não conseguiu garantir totalmente o apoio da ala direita do partido, que desconfiava das suas inclinações liberais¹. Esta situação originou divisões no partido que contribuíram, em parte, para os reveses republicanos nas eleições para o Congresso. Ora, sem a maioria no Congresso, Eisenhower teve de frequentemente entrar em arranjos com os congressistas democratas do Sul de forma a fazer passar legislação importante, o que criou uma outra mancha na sua Administração: a incapacidade de solucionar, em parte, a questão dos direitos civis.

A POLÍTICA EXTERNA

DA ADMINISTRAÇÃO EISENHOWER

Em relação às questões de política externa, o livro faz uma avaliação positiva da passagem de Eisenhower pela Casa Branca. Boyle começa por lembrar que foram «questões de política externa, mais do que de política interna, que levaram Eisenhower a alcançar a presidência» (p. 36). De um modo geral, podemos dizer que durante a sua Administração, Eisenhower conseguiu manter a paz num mundo cheio de constrangimentos, com os EUA envolvidos na Guerra da Coreia, o perigo de uma confrontação nuclear com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a expansão do comunismo no Sudeste Asiático, no Médio Oriente e na América Latina.

Boyle mostra que a política externa da Administração Eisenhower estava assente em três pilares fundamentais: em primeiro lugar, o Presidente contava com a quali-

dade técnica do secretário de Estado, John Foster Dulles, um renomado advogado, que complementava bastante a experiência que Eisenhower tinha em questões de diplomacia; em segundo lugar, Eisenhower procurou desenvolver o National Security Council, um organismo que reunia frequentemente com o general, aconselhando-o e ajudando-o a tomar decisões; por fim, Eisenhower entregou a direção da Central Intelligence Agency (CIA) a Allen Dulles, irmão mais velho do secretário de Estado, com uma larga experiência em operações clandestinas, algo a que a sua Administração recorreu com alguma frequência.

Tal como prometeu durante a campanha presidencial, seis meses depois de tomar posse, «Ike» conseguiu acabar com o impasse que se tinha tornado a Guerra da Coreia. Pressionando a China e aproveitando a mudança de poder na URSS depois da morte de Estaline, o novo Presidente norte-americano resolveu rapidamente uma das heranças mais pesadas que lhe havia deixado a anterior Administração, aproveitando as oportunidades que surgiam. Mas, para além da resolução desta questão, podemos dizer que o principal objectivo de Eisenhower, em termos de política externa, era o compromisso com a política de *containment*. Apesar das críticas que surgiam na década de 1950 nos EUA, segundo as quais o *containment* era uma política assente mais na paciência do que na acção libertadora do mundo, Eisenhower acreditava nos resultados da Doutrina Truman, do Plano Marshall e da NATO para conter o comunismo, rejeitando, desta forma, a tentação isolacio-

nista que se sentia em alguns sectores dos meios políticos norte-americanos. Em relação à NATO, Eisenhower fomentou os Programas de Assistência Mútua (MAP), proporcionando aos aliados europeus meios para o desenvolvimento da sua defesa. Porém, o longo empenhamento temporal que isto pressupunha levou o Presidente americano a alterar a política de defesa norte-americana, implementando uma diminuição dos efectivos militares e aumentando o investimento nos arsenais nucleares. Desta forma, Eisenhower dava força à teoria da retaliação maciça.

Por outro lado, Eisenhower foi também responsável pelo aumento de operações secretas levadas a cabo pela CIA. O apoio aos golpes que destituíram Mohammed Mossadegh, no Irão, e o regime de Arbenz Gutman na Guatemala, bem como a preparação para a invasão de Cuba após a tomada de poder por Fidel Castro e os voos dos aviões U2 sobre a URSS são exemplos de como o Presidente americano usou frequentemente este recurso na sua política externa. Contudo, estas operações causaram-lhe fortes dissabores. Por exemplo, a crise desencadeada pela queda de um avião U2 custou a Eisenhower a possibilidade de ser ele a iniciar a *détente* com Moscovo. Ao mesmo tempo, as interferências externas dos EUA em países do Terceiro Mundo e o apoio a regimes antidemocráticos, como aconteceu no Vietname do Sul, criaram a imagem de uns EUA «dominador, hegemónico e hipócrita» (p. 154).

Na realidade, Eisenhower teve dificuldades em adaptar-se à evolução da Guerra

Fria. A sua postura marcadamente anti-comunista não lhe permitiu uma posição mais flexível e tolerante em relação às mudanças de regime a que se assistiram no Terceiro Mundo. O caso do Egipto foi exemplificativo. Se, no início dos anos 50, a Administração Eisenhower procurou ajudar o regime de Nasser, a suspeita de que esse regime pudesse estar a evoluir no sentido do comunismo fez com que Eisenhower suspendesse o seu apoio, levando à nacionalização do canal de Suez. No fundo, como John Lewis Gaddis demonstra, os EUA, bem como a URSS, aperceberam-se das «crescentes dificuldades em controlar os pequenos poderes, quer aliados, quer neutrais, durante a Guerra Fria»². Em suma, podemos dizer que este livro acaba por demonstrar que a presidência de Eisenhower, acima de tudo, simbolizou estabilidade e segurança (p. 150). Ao elegerem o general Dwight Eisenhower, os norte-americanos procuravam fazer

esquecer os traumas da Grande Depressão, da II Guerra Mundial e dos anos iniciais da Guerra Fria. Apesar de Peter Boyle rejeitar completamente esta crítica, a leitura do seu livro faz-nos concluir que, tal como William Shannon escreveu, Eisenhower acabou por ser uma figura de transição (p. 149). Apesar de algumas realizações, como no caso da Guerra da Coreia ou a resolução da crise do Suez, muitas das questões surgidas durante a Administração Eisenhower só seriam resolvidas durante as presidências dos seus sucessores. Em termos de política interna, isso tornou-se óbvio com a questão dos direitos civis. Já em relação à política externa, a situação afigurou-se mais complexa. Questões como a crise de Berlim, os problemas em torno de Cuba e a guerra do Vietname arrastaram-se por vários anos com as subsequentes administrações a ficarem com os respectivos «louros» ou «favas»... RI

NOTAS

¹ Como Boyle descreve, Eisenhower teve ofertas para concorrer como candidato Democrata às eleições presidenciais de 1948 (p. 11).

² GADDIS, John Lewis – *The Cold War*. Londres: Penguin Books, 2005, p. 120.